

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MATERNIDADE ESCOLA

AURÉLIA MAXIMO NOUGUÉ LEAL

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR

MON
AMNL
2011

RIO DE JANEIRO
2011

AURÉLIA MAXIMO NOUGUÉ LEAL

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR



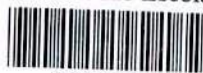
Projeto de Mestrado de
finalização do Curso de
Especialização em Pós-
graduação: Atenção Integral à
Saúde Materno-Infantil da
Maternidade Escola da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro/UFRJ, como parte dos
requisitos necessários à obtenção
do título: Especialista em Atenção
Integral à Saúde Materno-Infantil.

Orientadora: Lília Guimarães Pougy

Rio de Janeiro
2011

U.F.R.J.
MATERNIDADE ESCOLA
BIBLIOTECA JORGE DE REZENDE
N. ADM. 760415
N. SISTEMA 760415
LOG. BARRA

UFRJ
Maternidade-Escola



562206

LEAL, Aurélia Maximo Nougé Leal.

Promoção da Saúde no Ambiente Escolar / Aurélia Maximo Nougé Leal. - Rio de Janeiro: UFRJ/Maternidade Escola, 2011.

nf.: 39 il.; 31cm.

Orientador: Lília Guimarães Pougy;

Projeto de Mestrado (Pós-Graduação Lato Sensu) –
UFRJ/Maternidade Escola/Curso de Especialização
Atenção Integral à Saúde Materno-Infantil, 2011.

Referências bibliográficas: f.36-38.

1.Gênero. 2.Violência de Gênero. 3.Escolar.I. Título.

II.Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maternidade-
Escola.

AURÉLIA MAXIMO NOUGUÉ LEAL

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR

Projeto de Mestrado de
finalização do Curso de
Especialização em Pós-
graduação: Atenção Integral à
Saúde Materno-Infantil da
Maternidade Escola da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro/UFRJ, como parte dos
requisitos necessários à obtenção
do título: Especialista em Atenção
Integral à Saúde Materno-Infantil.

Aprovada por:

Interlocutor

Orientador

2011

Dedico este trabalho aos meus pais e irmão,
à Emília por sempre me apoiar e oferecer
ajuda e ao Reginaldo pela força para seguir
a caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

- À Prof^ª. Dr^ª. Lília Pougy, por aceitar me orientar novamente e incentivar o meu crescimento acadêmico, e também por acreditar no meu trabalho.
- Agradeço toda à equipe do Programa “Papo Cabeça”, por terem me acolhido desde o ano 2006, o que possibilitou toda a minha trajetória acadêmica da graduação até a elaboração deste trabalho. E ao professor José Leonídio, por permitir a minha inserção neste programa de pós-graduação.
- As colegas de curso, pelo apoio durante a jornada e pelas companhias no horário de almoço. Em especial a Vivi, pois nossas longas conversas trouxeram ganhos enormes, sejam na vida profissional e pessoal, em suma, uma amiga.
- À Carolina, amiga e companheira de estudos, lazer e incentivo nas horas em que mais precisei.
- À todos os meus verdadeiros amigos, que mesmo longe, acompanharam o meu desenvolvimento no curso.
- A Janaína e a Mara (bibliotecárias) por cuidarem de cada detalhe da formatação e apresentação deste trabalho.
- A todos da Maternidade Escola, pela dedicação direta ou indiretamente para a realização deste curso.

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo principal conhecer como os jovens participantes do Projeto "Papo Cabeça", percebem a violência de gênero e desenvolver metodologias de intervenção para o público alvo do projeto. Através da verificação de como esses adolescentes entendem a violência de gênero, será plausível inferir como os mesmos percebem os diferentes tipos de violência como um ato de violência de gênero, com isso, poderá ser proposto formas para trabalhar as questões de gênero nas escolas. Para a realização desta pesquisa, é imprescindível, a aplicação de questionários com perguntas fechadas e de múltipla escolha, onde o respondente pode expressar a sua opinião, desta forma, será viável uma comparação entre os diversos participantes. Os principais resultados esperados através da experiência nos grupos são de que os jovens na sua grande maioria percebem a violência de gênero exclusivamente como a violência física vivenciada entre homens e mulheres. Deste modo, é relevante que existam ações que promovam espaços para reflexão que envolva as questões de gênero no espaço escolar, pois este é um ambiente propício para a desconstrução dos papéis sexistas.

ABSTRACT

The present work aims at knowing how young people participating in the project "Papo Cabeça" perceive gender-based violence and to develop methods of intervention for the target audience of the project. Through the verification of how these adolescents understand gender violence, will be plausible to infer how they perceive the different types of violence as an act of gender violence, thus, may be offered ways to work with gender issues in schools. For this research, is essential, the use of questionnaires with closed questions and multiple choice questions where the respondent can express their views in this way will be a viable comparison between the various participants. The main results expected from the experiment in groups of young people are mostly perceived gender violence solely as physical violence experienced between women and men. It is important actions to promote spaces for reflection involving gender issues in school, because this is a favorable environment for the deconstruction of sexist roles.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Problematização.....	15
Objetivo Geral.....	33
Objetivos Específicos.....	33
Metodologia.....	33
Referência Bibliográfica.....	36
Referência Hemerográfica.....	38
Anexo I.....	39

Introdução

Este projeto busca pesquisar a percepção que os adolescentes possuem acerca da violência de gênero e também refletir sobre a forma como os mesmos são sensibilizados, uma vez que a escola pode propiciar um espaço para trabalhar a promoção da saúde de forma a construir e desconstruir os papéis sexuais estabelecidos na sociedade, pois a prevenção à violência de gênero não deve ser restrita às unidades de saúde.

Com base no conhecimento destas dimensões, percepção dos adolescentes e respostas da escola, poderão ser realizadas dinâmicas, entre outros meios de intervenção que abordem temas considerados polêmicos, tais como a violência de gênero vivenciada por mulheres. Criar e experimentar metodologias para intervir na questão da violência de gênero, são fases importantes e necessárias para o enfrentamento do fenômeno social que perpassa diversas dimensões do cotidiano.

Com a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para a obtenção de título de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o título de “Propostas para uma Educação Não Sexista”, verifiquei que os adolescentes inseridos na escola pesquisada no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), possuem dificuldades para perceberem a violência de gênero como algo presente no cotidiano da sociedade.

A minha inserção como estagiária curricular e extracurricular no “Programa Papo Cabeça”, e também como monitora da disciplina “A Questão de Gênero no Brasil” e como aluna pesquisadora do projeto de pesquisa “Direitos Humanos, violência de gênero e assistência social: dilemas contemporâneos” despertou o interesse de aprofundar a temática de gênero no universo dos jovens inseridos no “Projeto Papo Cabeça” (PPC). O referido projeto realiza ações para sensibilizar os alunos sobre os temas dos direitos sexuais e reprodutivos nas escolas da 7ª CRE com parcerias da Secretaria Municipal de Saúde e de Educação da cidade do Rio de Janeiro.

O Projeto de Orientação em Saúde Reprodutiva para Adolescentes – “Papo Cabeça”, possui sua origem no ambulatório de pré-natal da Maternidade Escola, que é parte integrante do complexo hospitalar da UFRJ sendo uma das 8 unidades

hospitalares da universidade. Didaticamente, o referido projeto é ligado ao Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina e possui parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, realizando suas atividades no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), que abrange Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Rio das Pedras, Cidade de Deus e adjacências.

O Programa “Papo Cabeça” desenvolveu-se a partir da observação de “que a maioria dos casos de gravidez não planejada ocorre por falta de informação e orientação sobre o próprio corpo” (Pereira, 2007, p.76). Ainda de acordo com Pereira, por estarem 95% das adolescentes que tiveram filhos vivos no ensino fundamental e 98% terem seus filhos no SUS, o projeto foi direcionado as escolas públicas do ensino fundamental, pelo fato de existir uma dificuldade em abordar temáticas da sexualidade no âmbito escolar, familiar e na comunidade, devido aos valores presentes na sociedade.

O Projeto “Papo Cabeça” passa a ser um Programa em 2006, devido à amplitude de atividades desenvolvidas, cujo objetivo geral é planejar, organizar e executar ações voltadas para a promoção da saúde nas escolas públicas no âmbito da 7º CRE.

O objetivo deste projeto é de capacitar e sensibilizar instrutores jovens de saúde, multiplicadores, sobre promoção da saúde sexual e reprodutiva, incluindo temas como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, de anticoncepção e de questões conflituosas de gênero. Para isso os alunos poderão se motivar para a construção de uma consciência crítica, com enfoque na autoestima/ projetos de vida, ou seja, é trabalhado para que o jovem possua informações para fazer suas próprias escolhas.

Os alunos que recebem o certificado de instrutor jovem de saúde são aqueles que participam ativamente dos encontros realizados e apreendem os temas abordados. Temas estes que são relativos à sexualidade, aos direitos reprodutivos, as questões de gênero, aos projetos de vida, entre outros sugeridos pelos próprios alunos.

Caso ele não receba este certificado, o aluno poderá participar novamente de outros grupos para uma nova chance. Para esta certificação, o aluno deverá comparecer a praticamente todos os encontros, interagir com o grupo com

desenvoltura e mostrar que conseguiu internalizar as informações transmitidas, e a dupla de estagiários dinamizadora do grupo junto aos seus supervisores é que decidirá quais jovens participantes que serão ou não instrutores. Este critério de seleção não é rígido, pois são considerados diversos fatores ao longo dos encontros.

E geralmente enquanto a unidade escolar permanece com interesse em manter o projeto em sua escola, os instrutores jovens que possuem interesse podem participar como colaboradores dos estagiários no decorrer do novo grupo.

É importante destacar que estas ações possuem um caráter suplementar às atividades escolares, ou seja, são alunos previamente selecionados pelo corpo docente que participam dos encontros. Ressalto que a implantação do programa nas escolas ocorre somente após reunião com a direção, a coordenação pedagógica, o corpo docente e os responsáveis pelos alunos.

No Programa Papo Cabeça, são realizados grupos por aproximadamente oito semanas, onde são abordados assuntos demandados pelos adolescentes.

Com a feitura do Trabalho de Conclusão de Curso, pude observar que na sua grande maioria, os adolescentes percebem a violência física como um único tipo de violência. Logo, as outras dimensões da violência, sobretudo a dimensão simbólica, são postas de lado, não sendo consideradas como uma preocupação para evitá-las.

A violência simbólica expressa-se na imposição "legítima" e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável. (L'APICCIRELLA, 2003)

L'Apicciarella (2003) realiza uma reflexão sobre esse conceito criado por Pierre Bourdier, pelo fato de que a violência é dada como algo natural. Destarte, esse conceito expressa com clareza as relações de dominação onde não exista a violência física entre as pessoas, logo, é importante ressaltar que a violência de gênero é um "acordo naturalmente" aceito na sociedade devido à violência simbólica vivida durante a construção social dos indivíduos.

É imprescindível citar que a violência simbólica precede qualquer tipo de expressão da violência, englobando a agressão, violência psicológica, verbal, sexual, negligência, entre outras.

Enfim, de acordo com Santos,

Algumas pessoas entendem como se houvesse um acordo formalmente estabelecido no qual a dominação é reconhecida como legítima, quando na verdade esta se dá pela ação das forças sociais e pela estrutura das normas internas do campo do mundo social em que os indivíduos se inserem, e que de certa maneira se incorporam (até mesmo corporalmente) em seus hábitos. (SANTOS, 2007).

Logo, o espaço escolar é um ambiente onde deve ser trabalhado para que exista a desconstrução dos papéis sexuais socialmente estabelecidos, para que a violência de gênero não seja naturalizada no cotidiano da sociedade.

Destaco que a escola também é um espaço em que a violência simbólica dinamiza a dominação e o poder. Desta forma, a existência de um projeto democrático participativo, construído coletivamente a partir do diálogo dos diferentes sujeitos do ambiente escolar, pode ser um espaço fecundo para a desconstrução de modos de agir e pensar consolidados como únicos e corretos na sociedade.

A importância de estudar sobre a violência de gênero, deve-se ao fato de que a partir da sensibilização sobre os temas que envolvem a mesma, pode ser fornecido subsídios aos usuários para que os mesmos usufruam dos seus direitos.

O presente trabalho possui relevância, ao abordar o tema da educação não sexista e suas numerosas manifestações em diferentes áreas, tais como a saúde, educação, trabalho, entre outros, porque esta perpassa todo o cotidiano social.

Logo, os profissionais das áreas de saúde e da educação podem atuar junto aos adolescentes para que através do conhecimento sobre a percepção da violência de gênero por parte destes, seja possível realizar intervenções que contribuam para minimizar esse tipo de violência. Com isso, os profissionais estimulam o campo dos direitos humanos e a cidadania feminina, possibilitando

Problematização

Neste estudo busca-se entender como a violência de gênero é percebida pelos adolescentes inseridos no ensino fundamental da rede municipal de ensino na cidade do Rio de Janeiro.

Parte-se do pressuposto de que gênero vai além das diferenças biológicas entre homens e mulheres, ou seja,

gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. (LOURO, 1996, p. 9).

Sendo assim, esse conceito é uma construção social que está em constante movimento ao longo da história e envolve os corpos dos sujeitos.

Cabe ressaltar, que Scott (1990) discute a questão de gênero transcende o modo de produção, logo,

o reconhecimento que os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero e que, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo. (SCOTT, 1990, p. 9).

Scott (1990) corrobora que o tratamento desigual de homens e mulheres perpassa toda a sociedade, e essa desconstrução deve ser trabalhada para diminuir essas disparidades das condições masculina e feminina. É importante frisar que o cerne do conflito não são as diferenças entre ambos os sexos, e sim, o tratamento desigual dado à figura masculina e feminina. Ela apresenta uma breve contextualização do conceito de gênero,

As feministas começaram a utilizar a palavra "gênero" mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades inexploradas. (SCOTT, 1990, p. 5).

E continua explicando essa trajetória dizendo que,

na sua utilização mais recente, “gênero” parece primeiro ter feito sua aparição entre as feministas americanas que queriam insistir sobre o caráter fundamental social das distinções fundadas sobre sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. (SCOTT, 1990, p. 5).

Destarte, a violência de gênero perpassa pelas relações sociais de sexo que estão inseridas no cotidiano da sociedade. A percepção desse tipo de violência que os jovens possuem, é reflexo de como o ambiente societal que os mesmos estão inseridos. Para Almeida (2007, p. 24), a “Violência de gênero designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu caráter é relacional”. Com isto, se faz necessário entender qual a percepção que os adolescentes possuem sobre o tema da violência de gênero.

Almeida (2007) ressalta que,

A violência de gênero entendida como uma violação dos direitos humanos é um consenso internacional, consignado na Declaração e no Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993; ratificado e ampliado na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994. (ALMEIDA, 2007, p. 10).

Em suma, o conceito de violência de gênero está “intrinsecamente relacionado ao quadro de desigualdades estruturais, fornecendo pistas para se refletir sobre políticas e práticas sociais, na perspectiva de enfrentamento e superação dessa modalidade de violência” (Almeida, 2007, p. 14). Pois a temática da violência de gênero não deve ser restrita ao espaço privado, e sim ao âmbito das políticas públicas.

A construção da imagem do corpo masculino e feminino é produzido socialmente, e em cada diferente cultura, existe uma imagem. Goellner (2003) trabalha com a ideia de produção cultural do corpo, ou seja, o mesmo é construído socialmente, e mostra que é algo que está sempre em movimento. Esse movimento exemplifica o tempo e o espaço que são criadas as representações corporais. E cabe ressaltar que o corpo reflete uma identidade, e na atualidade esta identidade possui um papel fundamental para situar o indivíduo na sociedade.

Isto é, mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, técnicos, etc. Não é portanto algo dado *a priori* nem mesmo universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. (GOELLNER, 2003, p. 28)

É importante destacar que não se deve negar o biológico, porém ele não é determinante exclusivo para afirmar as diferenças. Essas diferenças socialmente produzidas para homens e mulheres tentam explicar a construção do mito da fragilidade da mulher em relação ao homem.

Com isso, a referida autora defende que a construção do corpo é cultural e datada historicamente, pois no passado foi construído que a imagem da mulher é frágil pelo fato da reprodução, que por gerar uma vida a mulher deveria ser poupada de esforços físicos e do ambiente externo.

Desta forma, um argumento biológico (a gravidez), tenta explicar que a mulher é frágil, porém, o corpo feminino tem que ser saudável e forte para gerar e nutrir um bebê, ou seja, são utilizados contextos biológicos para definir atitudes e ações meramente sociais, principalmente em relação ao ambiente externo, pois a imagem da mulher é reduzida ao espaço privado.

Goellner diz que

Podemos pensar no corpo como algo que se produz historicamente, o que equivale dizer que o nosso corpo só pode ser produto do nosso tempo, seja do que dele conhecemos, seja do que ainda está por vir. Um corpo que, dada a importância que hoje apresenta no que respeita a construção de nossa subjetividade está exigindo de nós não apenas a busca constante de prazeres sempre reinventados, mas também disciplina, responsabilidade e dedicação. Um corpo que, ao mesmo tempo que é único e revelador de um eu próprio, é também um corpo partilhado porque é semelhante e similar a uma infinidade de outros produzidos neste tempo e nesta cultura. (GOELLNER, 2003, p. 39).

Por essa construção cultural do corpo, pode ser observado que existe um conflito entre indivíduo e grupo. Essa tensão ocorre pelo fato do que é esperado e idealizado pelo o que é ser homem e mulher, e o que no cotidiano existe de singular em cada um e o que é semelhante aos demais, ou seja, ao mesmo tempo em que as pessoas buscam ser diferentes, na verdade, são todas fruto de papéis criados socialmente. Enfim, as pessoas acham que são diferentes uma da outra, mas de fato existem “padrões” sociais a serem seguidos.

Segundo Pougy (2007, p. 73), “A violência de gênero é um fenômeno social possível em um quadro de densas relações de poder estruturadas e estruturadoras de condições objetivas e subjetivas de dominação-exploração”. Essa relação de poder é expressa na submissão do papel da mulher, onde essa submissão aparece com forte impacto na violência intra-familiar, pois ao tentar romper com os papéis sexuais socialmente postos, as mesmas sofrem violências psicológica, física e sexual.

Faleiros (2007) afirma que a violência de gênero está presente em diversos setores/contextos na sociedade,

A violência de gênero estrutura-se social, cultural, econômica e politicamente – a partir da concepção de que os seres humanos estão divididos entre machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, *status* e poderes desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política (2007, p.62).

Com isso, a escola como qualquer outro espaço institucional, também é perpassada pela violência de gênero, e é necessário ter o cuidado para que esse tipo de violência não seja naturalizado durante o processo de construção social da vida desses jovens.

Destaco aqui o papel fundamental da escola na reprodução e afirmação de valores socialmente internalizados, o que mostra também que essa reprodução nem sempre é percebida pelos sujeitos. Este é o espaço onde desde pequeno o indivíduo terá contato com o que é cabível ou não de se fazer e agir. Em seu trabalho, Furlani (2003)

Considera a sexualidade como aspecto intrínseco aos seres humanos, em todas as épocas de suas vidas. Neste sentido, independente de se falar em “desenvolvimento integral” ou em “cidadania plena”, a inclusão desses conteúdos, explicitamente nos currículos escolares atuais, a partir do ensino fundamental, já vem com um atraso de amplitude igual ao da própria educação formal. (2003, p. 67).

A partir de suas ideias, cabe analisar que a escola que não oferece educação sexual está tendo uma educação parcial, e essa educação deve ter um caráter contínuo, e não de ações pontuais. E “o principal papel da educação sexual é, ..., desestabilizar as “verdades únicas”” (2003, p. 69). Logo, a educação sexual escolar é algo desejado pelos alunos, pois existe uma dificuldade dos mesmos terem acesso a esse tipo de informação no âmbito familiar e também por parte de alguns professores que não sabem como lidar com o tema por diversos motivos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais possuem os temas transversais como ponto a ser trabalhado no ambiente escolar, pois

Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões. (BRASIL, 1998, p. 26)

Um dos pontos destacados por Furlani (2003) são as armadilhas da linguagem, nas quais há a reprodução das relações de poder, através da forma e do meio de ensino,

e através de processos lingüísticos e discursivos, num campo que é político, uma vez que nele estão implicadas relações de poder. Na escola, o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instâncias que refletem e produzem as desigualdades de gênero, de sexo, de raça, etc., e podem incentivar o preconceito, a discriminação, o sexismo. (2003, p. 69)

Por conseguinte, a linguagem demarca os lugares socialmente impostos para as relações de gênero, um forte exemplo para isso é a utilização do masculino nas generalizações, onde “é uma criação lingüística intencionalmente política” (FURLANI, 2003, p. 71) para a afirmação das diferenças de gênero. Um exemplo notório no cotidiano para isso, é que os nomes de cargos e funções que exprimem poder, em sua grande maioria não existem no feminino, o que mostra que o papel da mulher deve ser apenas coadjuvante na sociedade, e não como protagonista de suas ações.

No ambiente escolar, é habitual serem convocadas reuniões de pais e mestres, porém, de fato, são professoras e mães que participam, dificilmente a figura masculina é vista no ambiente escolar, principalmente na educação infantil. Logo, a

nomenclatura no masculino foca a participação de um gênero e na prática é o gênero feminino que participa mais ativamente dos assuntos que envolvem o cuidado com a família devido aos papéis marcadamente sexuais.

Outra exemplo da autora é o uso da palavra “homem” para designar seres humanos, o que acaba sendo internalizado e a sociedade não percebe o caráter político da definição.

Portanto,

Referir-se a meninos e meninas ou a homens e mulheres, sempre na forma masculina, independente da proporção numérica, longe de parecer um ato inofensivo – aprisionado na comodidade da norma instituída – favorece a manutenção de uma tácita “superioridade” de um gênero sobre o outro e inviabiliza a menina, a garota, a mulher, a idosa. (FURLANI, 2003, p. 70)

Essa definição de um padrão universal que utiliza o masculino como o centro, reafirma que ao longo da história a mulher aparece como coadjuvante e inferior, enquanto que ao homem cabe a função de protagonista das ações.

Logo, a família idealizada de pai, mãe e filhos é colocada como algo natural e central, pois as pessoas devem se relacionar com o sexo oposto e procriar, caso contrário, a família passa a não seguir os padrões sócio-políticos construídos, o que gera frustrações e decepções no sujeito que não se enquadra nesse perfil. E justamente por não se encaixar em um perfil socialmente posto, surgem nomenclaturas, tais como “família desestruturada” para designar os que estão situados fora do padrão considerado normal.

Exemplificando o conceito de patriarcado, Pougy (1999) resume que,

Homens e mulheres estão em oposição simples, isto é, cada um dos pólos se afirma a partir da negação do outro. Deste modo, o homem é o produtor ou o político, ou o homem público, capaz de decidir modos de comportamento. A mulher, em contrapartida, confinada às atividades domésticas, é submissa e só tem oportunidade de expressar-se quando solicitada pelo marido, senhor absoluto da terra e do lar. Quando chamada a opinar, seus atributos morais precisam ser aclamados: boníssima, não mente nunca, etc. O caráter onipresente do poder masculino, característica particular do patriarcado, não impede, todavia, que se vislumbrem tentativas de resistência. (POUGY, 1999, p. 2)

Destaco que a citação da referida autora, refere-se ao filme “Bruxas de Salem”, embora possa ser utilizado para caracterizar o patriarcado na atualidade.

Em suma, o patriarcado, poder do sexo masculino sobre o sexo feminino, se faz presente na convivência entre homens e mulheres, onde a mulher é sujeitada a não ter desejos, ela é tornada um objeto, pois não possui liberdade para ser sujeito das suas ações, e quando se utiliza da tentativa de romper com os papéis socialmente aceitos, a mesma é enxergada como uma mulher que faz por merecer sofrer a violência e em muitos casos a figura feminina reproduz esse quadro de violência.

Brandão afirma que,

É cruel constatar que, apesar dos avanços legais na proteção dos direitos de cidadania desde a infância, ainda convivemos com uma conjugação perversa da superioridade geracional e de gênero, manifestada nas atitudes violentas de homens mais velhos (pais, padrastos, tios, irmãos, primos), que submetem a seus desígnios muitas meninas e jovens. Essa combinação perversa acaba sujeitando milhares de meninas e moças a abusos diversos, sexuais ou não, com a complacência de outras mulheres, suas mães ou não – mulheres que em geral não conheceram outra perspectiva de vida. (BRANDÃO, 2007, p. 52).

Com essa afirmação de Brandão, é possível inferir que a reprodução das relações de gênero em muitos casos ocorre pelas próprias mulheres, ou seja, apesar de serem vítimas dessa relação, elas mesmas retroalimentam esse ciclo, que em diversos aspectos possui como consequência violência física.

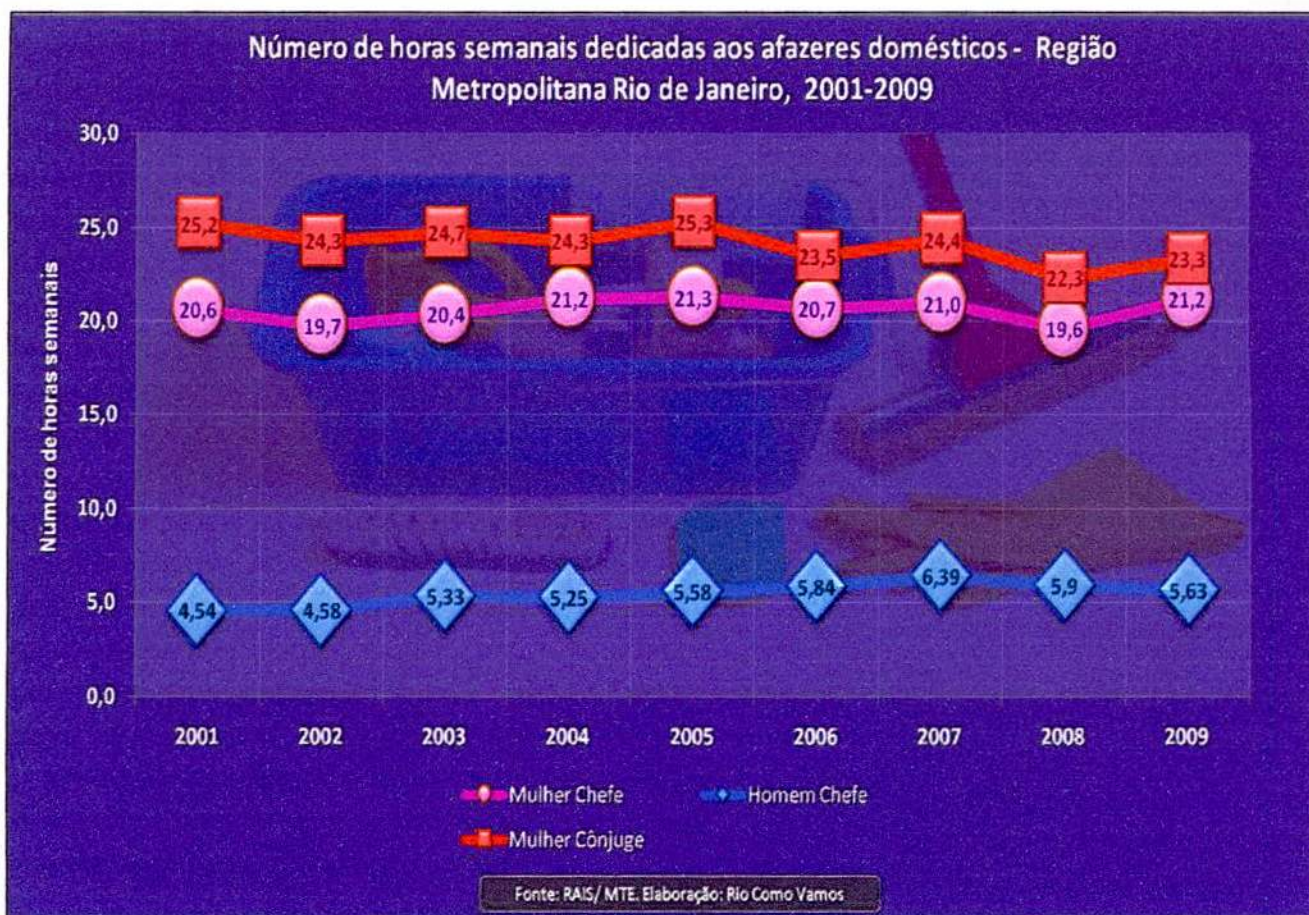
Percebe-se que há uma produção e reprodução no ambiente familiar da violência de gênero, e Brandão (2007), afirma que

Os episódios de violência contra as mulheres, se investigados detidamente, revelam conflitos familiares diversos, que obedecem à lógica cultural que institui uma rígida divisão moral entre homens e mulheres no espaço privado, delimitando seus direitos e obrigações. (BRANDÃO, 2007, p. 53)

É importante destacar que apesar de existir essa reprodução da violência de gênero no ambiente familiar, a mesma não pode ser culpabilizada por tal fato, pois não se deve resumir uma problemática social ao âmbito apenas familiar.

Abaixo, os gráficos mostram que a violência de gênero está presente em todo o Brasil, corroborando com a necessidade de políticas públicas voltadas para essa temática.

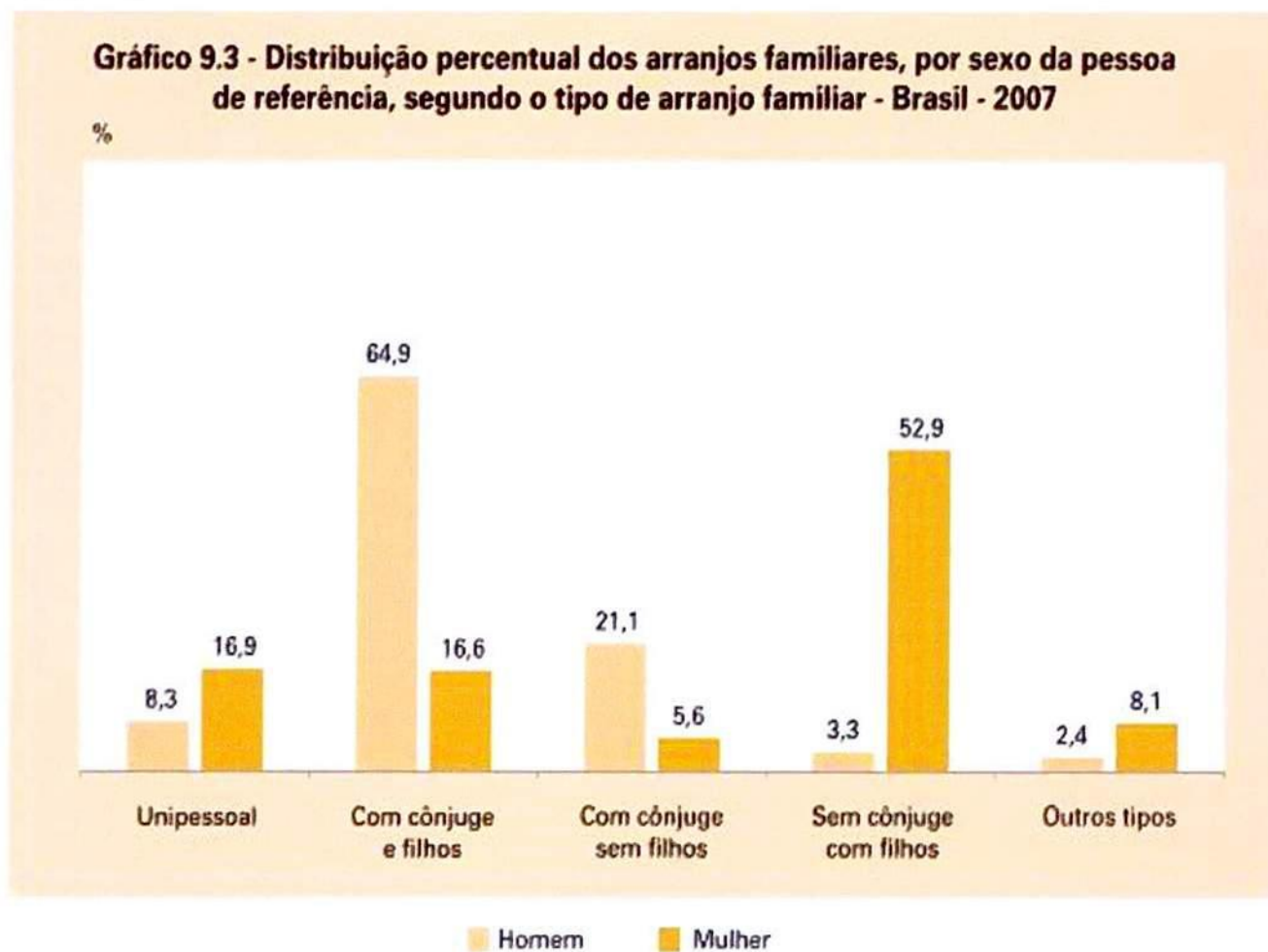
Gráfico 01



O presente gráfico explicita a construção do papel social da mulher, onde a mesma é responsável pelo cuidado doméstico, pois o número de horas dedicado aos afazeres do lar é muito maior em relação ao gasto que a figura masculina dedica. Cabe ressaltar, que as mulheres que possuem cônjuges, cuidam mais horas em relação às mulheres que vivem sozinhas com os seus filhos, ou seja, as que possuem um parceiro para dividir o trabalho privado são culturalmente pressionadas a cuidar dos filhos e do marido.

Este panorama reforça o quanto o grupo feminino tem que se desdobrar para conciliar a carreira profissional e o trabalho doméstico, enquanto que ao masculino, o espaço privado é resumido a apenas algumas tarefas.

Gráfico 02



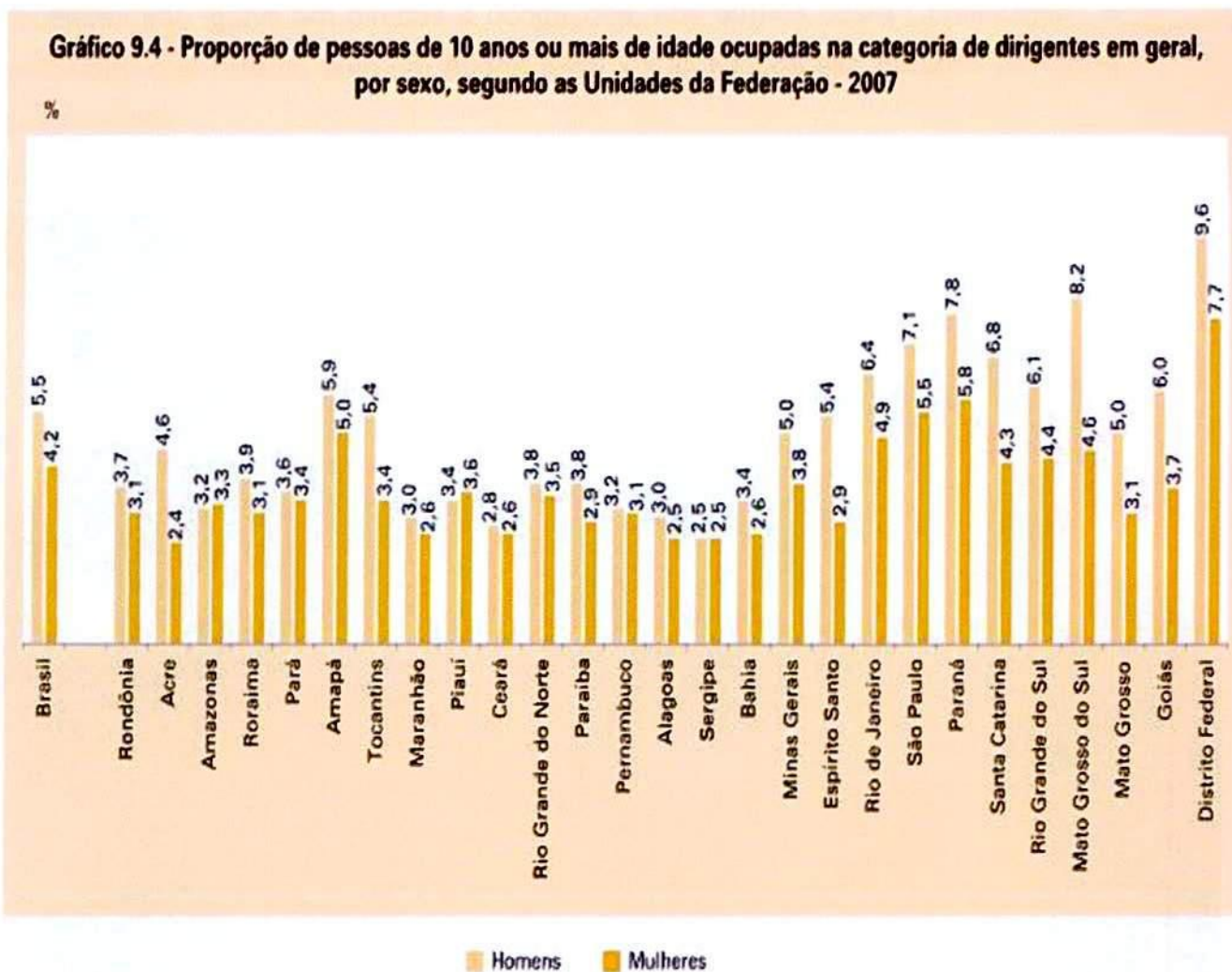
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Outro ponto que merece destaque é em relação às mulheres chefes de família. Quando não existe a figura do cônjuge masculino, as mulheres é que proveem o sustento e os cuidados domésticos. É importante salientar que nos próximos gráficos, os números indicam que as mulheres recebem salários inferiores aos homens. Deste modo, a qualidade de vida das famílias que possuem as mulheres como provedoras, é afetada pelas questões culturais e sociais do tratamento desigual entre a figura masculina e feminina.

Apesar dos avanços socialmente conquistados no cenário brasileiro, os números da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2001, mostram que a sociedade necessita ser sensibilizada, pois essas disparidades são um forte exemplo de violência de gênero vivenciada no dia a dia.

Os dois próximos gráficos (3 e 4), refletem o patriarcado na sociedade contemporânea no mundo do trabalho.

Gráfico 03



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O gráfico 03 da PNAD de 2007, mostra a inserção preferencial de homens como dirigentes e as mulheres estão em posição inferior.

Esses dados confirmam que as mulheres praticamente não possuem poder de decisão no mundo do trabalho, o que conseqüentemente reforça o tratamento desigual que vivenciam quando rompem com os papéis socialmente postos como "corretos".

Em suma, é fundamental que existam ações para desconstruir os papéis marcadamente sexuais, pois cotidianamente os mesmos são reafirmados, sejam eles no espaço familiar, escolar, na mídia, entre outros, pelo fato da sociedade produzir e reproduzir valores.

Em relação à produção e reprodução das relações de gênero, Sabat (2003) reflete o fato de a publicidade ser um produtor de identidades,

A construção de imagens que valorizam determinado tipo de comportamento, de estilo de vida ou de pessoa, é uma forma de regulação social que reproduz padrões mais comumente aceitos em uma sociedade. (SABAT, 2003, p. 150)

Com isso, o modo de vida de agir e pensar socialmente aceito como uma atitude considerada "normal" é uma forma de regular o cotidiano, ou seja, os padrões socialmente aceitos são trabalhados na publicidade de modo que há uma reprodução e afirmação do que é dito como correto. Assim sendo, as pessoas buscam se adequar a um padrão para não serem julgadas como fora do sistema.

Um dos exemplos que a autora cita sobre essa regulação no modo de vida das sociedades diz respeito aos signos trabalhados.

Aqui os signos que importam são aqueles relacionados ao gênero e à sexualidade. São constantes as apresentações de mulheres como mães/donas-de-casa e de homens como provedores do lar. Do mesmo modo, o modelo hegemônico de família composto de pai, mãe, filho e filha, além de um animal de estimação, pode ser observado em propagandas de margarinas, de planos de saúde, de carros de passeio e tantos outros produtos. (SABAT, 2003, p. 152)

A imagem gera um significado internalizado, por exemplo, os comerciais que trabalham com a ideia do modelo de família padrão. E através da publicidade, é possível observar como as relações/ construções de gênero são identificadas em cada sociedade, principalmente pelo comportamento e a visão como são mostradas a figura masculina e feminina. Comumente essas figuras representam as mulheres no ambiente do lar e os homens em espaços externos e amplos, e

quando os mesmos são vistos no interior, geralmente é o ambiente de trabalho que aparece.

Outra autora que inicia sua obra defendendo que além da educação escolar, a mídia, os espaços de entretenimento e as relações sociais constroem variadas concepções acerca das classes sociais, etnia, raça, gênero e sexualidade é Rael (2003). Para ela, existem diversas formas de pedagogia, a mesma também ocorre nos meios de comunicação. Neste trabalho especificamente, há o relato dos desenhos da Disney como reprodutores das relações de gênero, principalmente na afirmação de modelos e padrões de comportamentos.

Um fato em comum entre os filmes “Pequena Sereia”, “A Bela e a Fera” e “Mulan” é a idealização da menina/mulher. As músicas que compõem os desenhos traduzem/relatam o que é o homem e a mulher ideal, ou seja, como devem agir e portar.

De acordo com Rael,

Identidades de gênero são produzidas através das relações sociais, atravessadas por diferentes práticas culturais e por diferentes discursos. Os discursos nesses desenhos não só descrevem qual a garota ideal como também prescrevem o que elas podem/devem fazer para atingir esse ideal. (RAEL, 2003, p. 169)

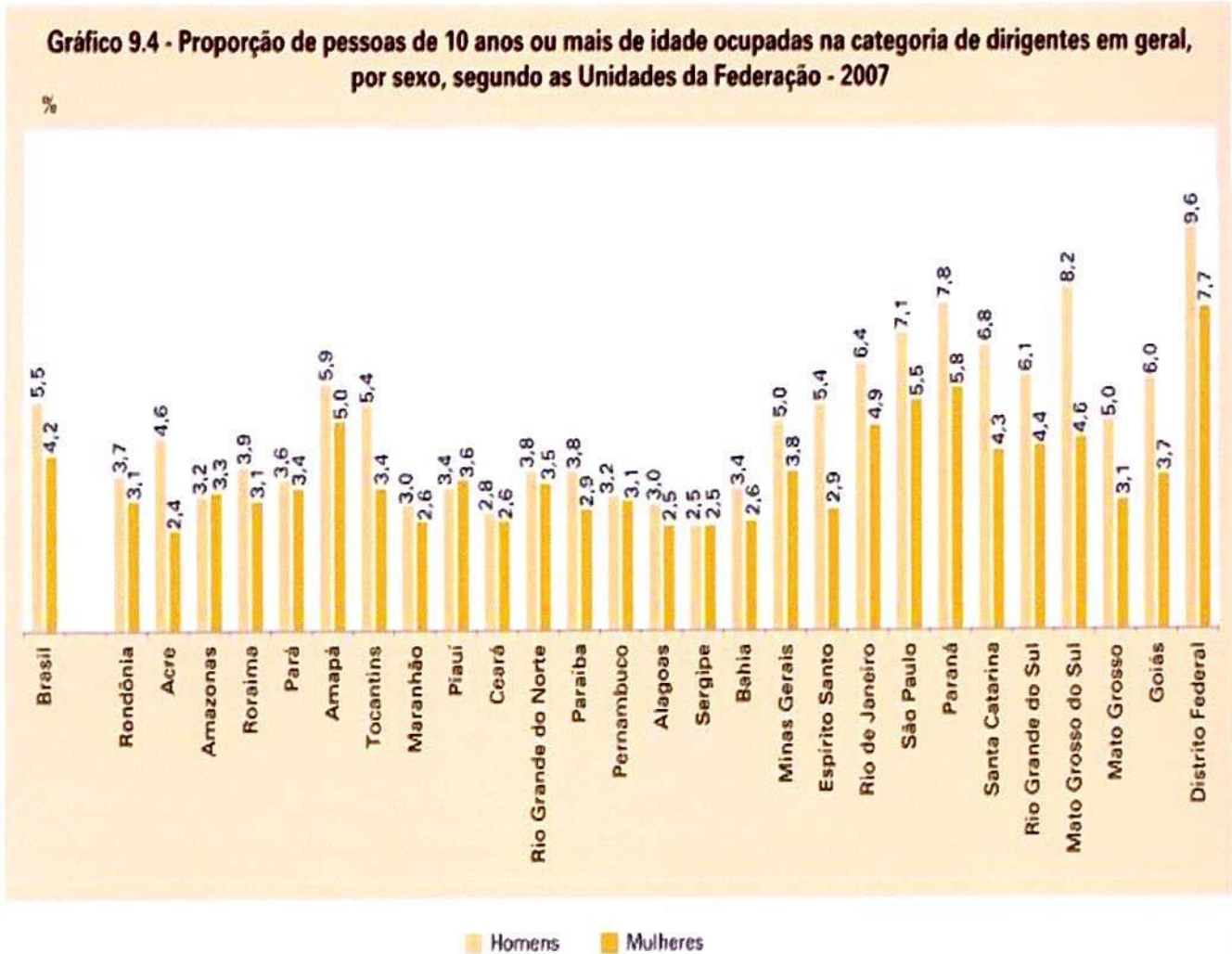
Em resumo, as histórias dos desenhos da Disney, atribuem adjetivos de docilidade e meiguice à figura da mulher, e lhe restringindo à esfera privada, enquanto que a figura masculina possui poder de escolha e é corajoso, bravo e rude, podendo assim o homem não ser o modelo ideal, mas aceito pela mulher que irá corrigi-lo,

Marca-se, assim, o lugar social do feminino, isto é, a mulher é destinada ao mundo doméstico, é ela quem vai promover mudanças não só ambientais como também mudanças comportamentais e corporais do sujeito masculino. (RAEL, 2003, p. 167)

Destarte, o ambiente familiar acaba por ser um espaço de conflitos, onde essas relações desiguais tornam-se constante acarretando em prejuízos sociais para os membros da família.

Os dois próximos gráficos (3 e 4), refletem o patriarcado na sociedade contemporânea no mundo do trabalho.

Gráfico 03



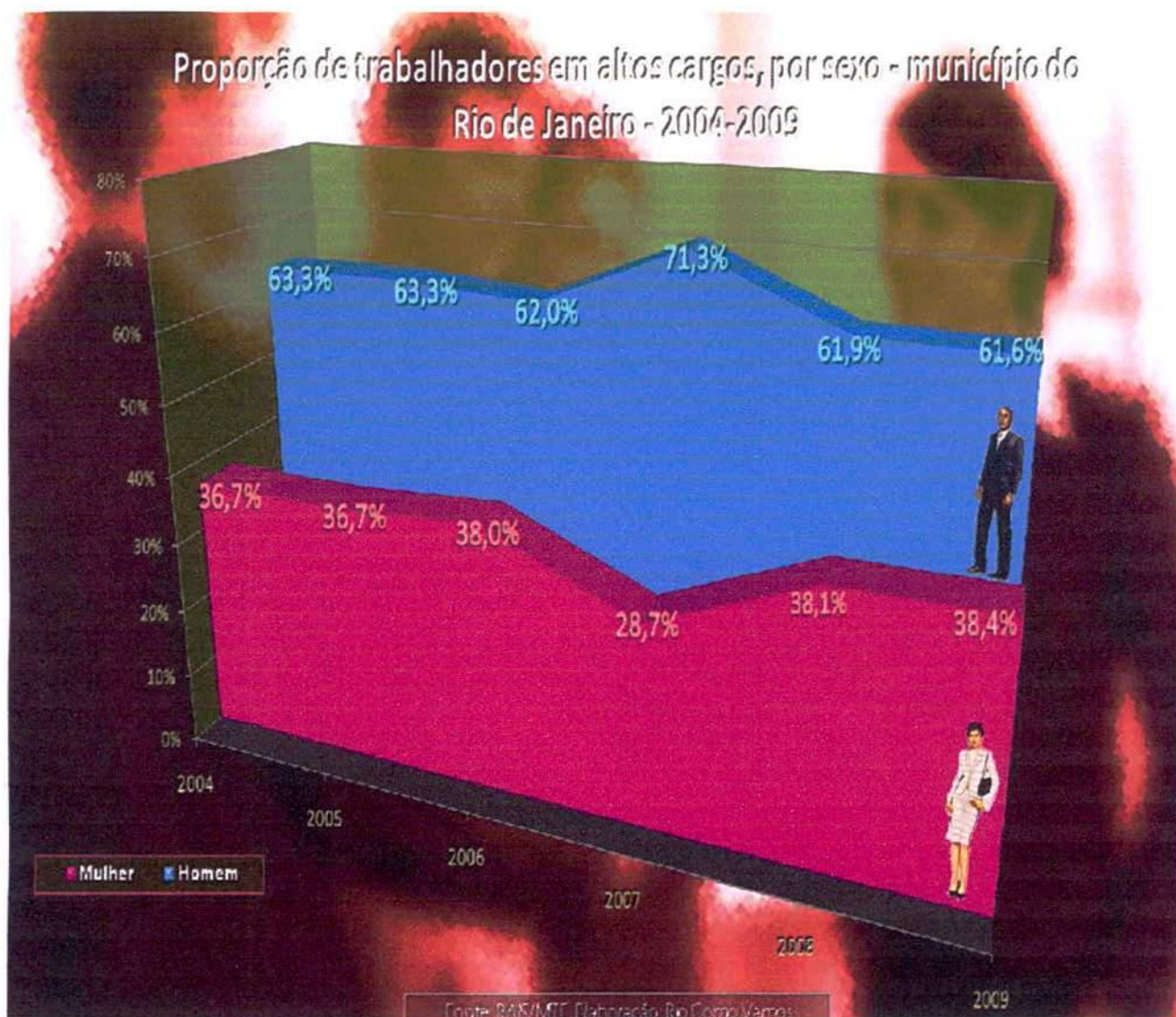
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O gráfico 03 da PNAD de 2007, mostra a inserção preferencial de homens como dirigentes e as mulheres estão em posição inferior.

Esses dados confirmam que as mulheres praticamente não possuem poder de decisão no mundo do trabalho, o que consequentemente reforça o tratamento desigual que vivenciam quando rompem com os papéis socialmente postos como “corretos”.

Assim sendo, mesmo com a garantia da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no artigo 5º, inciso I, onde consta que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”, é percebido que mesmo com um aporte legal, os indivíduos são tratados de forma diferenciada.

Gráfico 04



Este gráfico que ilustra a situação especificamente do Município do Rio de Janeiro, reforça a necessidade de trabalhos educativos sobre a questão de gênero para os jovens, pois em cinco anos, os números não sofreram alteração significativa de avanço para uma sociedade mais igualitária, visto que os altos cargos permanecem ocupados por homens.

Em suma, esses dados refletem a função social masculina construída como provedor e poder, e o preconceito de uma empresa possuir uma mulher chefiando outros homens.

Já os índices de escolaridades dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro (gráfico 05), apresentam que o grupo feminino a partir do ensino médio até o nível superior completo possui uma porcentagem maior aos homens. Com os dados dos gráficos, é possível inferir que mesmo tendo maiores níveis de escolarização que os homens, as mulheres não conseguem alcançar cargos de chefia devido às desigualdades de gênero.

Gráfico 05

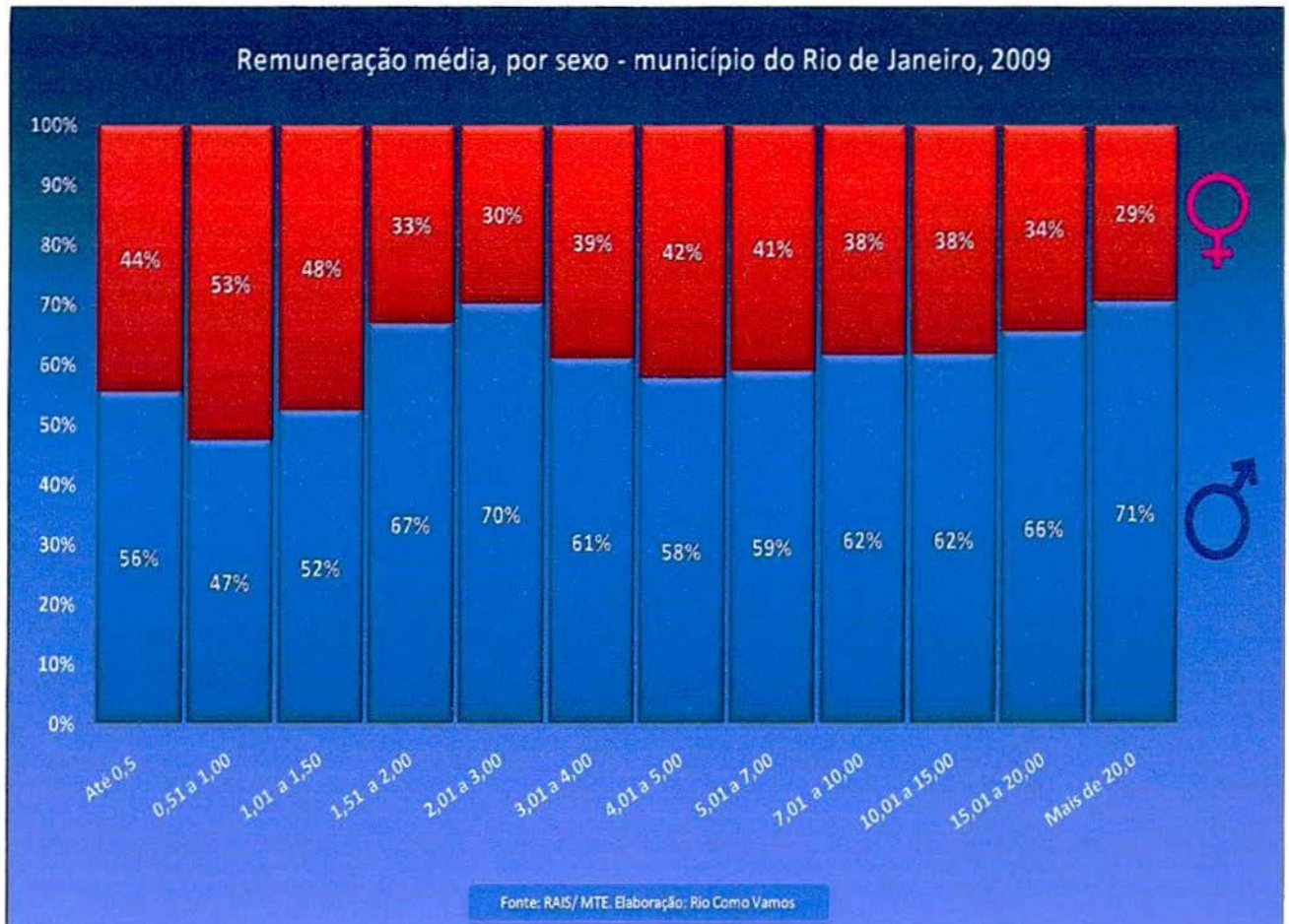


Os níveis de escolaridade mostram que as meninas por sofrerem menos pressão da família e da sociedade por necessitarem trabalhar fora, acabam por se dedicarem mais aos estudos, porém, mesmo com o aumento do nível de escolaridade, as desigualdades perpassam por todas as classes sociais e um panorama geral da situação da mulher, é que por fim, esta se qualifica mais para o

mercado de trabalho, mas não recebe proventos proporcionais, permanecendo as diferenças entre os gêneros.

E além dessas desproporcionalidades nos cargos, elas acabam por cuidar da família, realizando jornadas duplas ou triplas de trabalho.

Gráfico 06



Por fim, este último gráfico é um resumo de que mesmo com todos os fatores positivos de escolarização e esforço em conciliar o trabalho doméstico e a carreira profissional, os salários são muito díspares.

O sexo masculino majoritariamente recebe salários maiores do que as mulheres, em um contexto onde desde a Constituição Brasileira de 1988, não existe distinção entre os sexos, mas na prática, as mulheres possuem dificuldades para alcançar os cargos mais bem remunerados e consequentemente elevarem a sua renda.

Em suma, é fundamental que existam ações para desconstruir os papéis marcadamente sexuais, pois cotidianamente os mesmos são reafirmados, sejam eles no espaço familiar, escolar, na mídia, entre outros, pelo fato da sociedade produzir e reproduzir valores.

Em relação à produção e reprodução das relações de gênero, Sabat (2003) reflete o fato de a publicidade ser um produtor de identidades,

A construção de imagens que valorizam determinado tipo de comportamento, de estilo de vida ou de pessoa, é uma forma de regulação social que reproduz padrões mais comumente aceitos em uma sociedade. (SABAT, 2003, p. 150)

Com isso, o modo de vida de agir e pensar socialmente aceito como uma atitude considerada “normal” é uma forma de regular o cotidiano, ou seja, os padrões socialmente aceitos são trabalhados na publicidade de modo que há uma reprodução e afirmação do que é dito como correto. Assim sendo, as pessoas buscam se adequar a um padrão para não serem julgadas como fora do sistema.

Um dos exemplos que a autora cita sobre essa regulação no modo de vida das sociedades diz respeito aos signos trabalhados.

Aqui os signos que importam são aqueles relacionados ao gênero e à sexualidade. São constantes as apresentações de mulheres como mães/donas-de-casa e de homens como provedores do lar. Do mesmo modo, o modelo hegemônico de família composto de pai, mãe, filho e filha, além de um animal de estimação, pode ser observado em propagandas de margarinas, de planos de saúde, de carros de passeio e tantos outros produtos. (SABAT, 2003, p. 152)

A imagem gera um significado internalizado, por exemplo, os comerciais que trabalham com a ideia do modelo de família padrão. E através da publicidade, é possível observar como as relações/ construções de gênero são identificadas em cada sociedade, principalmente pelo comportamento e a visão como são mostradas a figura masculina e feminina. Comumente essas figuras representam as mulheres no ambiente do lar e os homens em espaços externos e amplos, e

quando os mesmos são vistos no interior, geralmente é o ambiente de trabalho que aparece.

Outra autora que inicia sua obra defendendo que além da educação escolar, a mídia, os espaços de entretenimento e as relações sociais constroem variadas concepções acerca das classes sociais, etnia, raça, gênero e sexualidade é Rael (2003). Para ela, existem diversas formas de pedagogia, a mesma também ocorre nos meios de comunicação. Neste trabalho especificamente, há o relato dos desenhos da Disney como reprodutores das relações de gênero, principalmente na afirmação de modelos e padrões de comportamentos.

Um fato em comum entre os filmes “Pequena Sereia”, “A Bela e a Fera” e “Mulan” é a idealização da menina/mulher. As músicas que compõem os desenhos traduzem/relatam o que é o homem e a mulher ideal, ou seja, como devem agir e portar.

De acordo com Rael,

Identities de gênero são produzidas através das relações sociais, atravessadas por diferentes práticas culturais e por diferentes discursos. Os discursos nesses desenhos não só descrevem qual a garota ideal como também prescrevem o que elas podem/devem fazer para atingir esse ideal. (RAEL, 2003, p. 169)

Em resumo, as histórias dos desenhos da Disney, atribuem adjetivos de docilidade e meiguice à figura da mulher, e lhe restringindo à esfera privada, enquanto que a figura masculina possui poder de escolha e é corajoso, bravo e rude, podendo assim o homem não ser o modelo ideal, mas aceito pela mulher que irá corrigi-lo,

Marca-se, assim, o lugar social do feminino, isto é, a mulher é destinada ao mundo doméstico, é ela quem vai promover mudanças não só ambientais como também mudanças comportamentais e corporais do sujeito masculino. (RAEL, 2003, p. 167)

Destarte, o ambiente familiar acaba por ser um espaço de conflitos, onde essas relações desiguais tornam-se constante acarretando em prejuízos sociais para os membros da família.

É o patriarcado presente na sociedade que faz com que homens e mulheres possuam posturas e modos de agir sexistas, sendo a mulher na sua grande maioria submissa ao gênero masculino, principalmente no ambiente doméstico. E quando existe a recusa de uma das partes sobre os papéis socialmente aceitos para cada gênero, tem - se por consequência as agressões físicas para impor o poder.

Em suma, a partir do recorte de gênero se faz necessário investigar o que os jovens entendem por esse tipo de violência para assim estimular políticas públicas que envolvam diferentes segmentos da sociedade para a luta do respeito à diversidade de gênero.

Objetivo Geral

- Conhecer como os jovens adolescentes envolvidos no Projeto “Papo Cabeça” percebem a violência de gênero;
- Desenvolver metodologias dinamizadoras sobre a violência de gênero para os jovens.

Objetivos Específicos

- Identificar o contexto de produção e reprodução das identidades de gênero;
- Favorecer condições de realizar dinâmicas com o enfoque da desconstrução dos papéis sexistas;
- Promover espaços para reflexão e o fortalecimento dos laços afetivos;

Metodologia

A revisão bibliográfica de trabalhos, que articulem as áreas de saúde e educação, com base na discussão de gênero para subsidiar e orientar a construção de propostas de intervenção nas unidades de saúde e escolas.

A partir da aplicação de questionários com perguntas fechadas e de múltipla escolha, onde o respondente pode expressar a sua opinião, será viável uma forma de comparação entre os diversos participantes. Logo, poderá se identificar e verificar a percepção dos jovens em relação à violência de gênero e também como eles a entendem.

De acordo com Moura

Os questionários são instrumentos compostos de um conjunto de perguntas elaboradas, em geral, com o intuito de reunir informações sobre as percepções, crenças e opiniões dos indivíduos a respeito de si mesmos e dos objetos, pessoas e eventos presentes em seu meio (GODDARD III & VILLANOVA, 1996) apud (MENDES, 2005, p.70).

Ainda com base em Moura (2005), as perguntas de múltipla escolha, “devem ser construídas de forma a representar, do modo mais acurado possível, as diversas possibilidades de opiniões dos respondentes” (MOURA, 2005, p. 73). Destarte, mesmo sendo opiniões de caráter subjetivo, é possível quantificá-los para realizar um panorama do cotidiano dos jovens.

Logo, a análise será realizada com base nos conhecimentos adquiridos nas leituras para a feitura deste projeto e de outros textos científicos que vierem a ser publicados no decorrer da fase exploratória.

Esse é um estudo prospectivo que visa aplicar pelo menos 60 questionários para análise quantitativa. Para tal aplicação, será necessário realizar uma pesquisa de campo para aprofundar os conhecimentos no universo pesquisado.

A partir dos encontros, serão realizadas entrevistas individuais e também com o grupo de alunos. Trigo mostra que “o encontro é construído na reciprocidade da relação exigindo, pois, flexibilidade na sua condução.” (TRIGO, 1992, p. 33), com isso, é construído um espaço para que os alunos consigam expor as suas opiniões evitando interferências externas, tais como o receio que os alunos possuem de serem julgados pelas suas opiniões.

Para a realização desses encontros, é importante estimular a reflexão dos jovens para os temas que envolvem a questão de gênero e suas vertentes, pois a violência de gênero é veiculada cotidianamente na mídia, vivenciada, entre outros, porém devido ao processo de naturalização, os atos de violência são registrados sem um exame de seu próprio conteúdo histórico.

Assim sendo, é imprescindível trazer para os grupos, recortes de jornais, revistas e vídeos com as referidas notícias de casos de violência de gênero para debater com os jovens e conhecer a opinião dos mesmos. A partir da dinâmica, questionar o grupo sobre a naturalização ou não da violência e sensibilizar sobre a importância de respeitar o outro e as diferenças entre os indivíduos.

As dinâmicas de grupo possuem um grande valor pelo fato de possibilitarem um espaço de vivências e de troca de informações sobre o modo de agir e pensar entre os jovens, facilitando assim, a promoção de um espaço para a reflexão.

Com os dados obtidos individualmente e com os grupos, será possível conhecer com melhor clareza como os jovens vivenciam a sua sexualidade, os

lugares socialmente postos de homens e mulheres, as relações de trabalho, entre outros que surgirem no decorrer das atividades.

Com isso, será sugerida a elaboração de material educativo com enfoque nas relações de gênero, para serem utilizados em espaços escolares e de unidades de saúde com o objetivo de sensibilizar os usuários para as questões de gênero presente na sociedade.

Esse material poderá ser um instrumento viabilizador de dinâmicas, por exemplo, em salas de espera em unidades de saúde e também como parte da rotina escolar, para promover a saúde.

Enfim, de acordo com Velho (1981), será necessário “estranhar o familiar” para se ter um olhar científico para com o tema da violência de gênero, pois se não houver um olhar crítico-científico para as questões de gênero, corre-se o risco de permanecer no senso comum, ou seja, de acreditar que a violência de gênero é algo natural dos indivíduos.

Cabe ressaltar que esta metodologia poderá sofrer algumas mudanças ao longo da realização da pesquisa para se obter melhores resultados para alcançar os objetivos desejados.

Questões Éticas

Pelas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução 196/96 do Ministério da Saúde, o projeto de pesquisa será entregue a um Comitê de Ética para que o mesmo seja avaliado.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, S. Apresentação. In: ALMEIDA, de S. S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 9- 19.

BRANDAO, E. Juventude, Sexualidade e Gênero: mudanças e permanências. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente / jovem**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 49-54.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FALEIROS, E. Violência de gênero. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente / jovem**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 61-68.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L; FELIPE, J. GOELLNER, S. V. (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66-81.

GOELLNER, S. V. A Produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L; FELIPE, J. GOELLNER, S. V. (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 28-40.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Estudos e Pesquisas. Informações Demográfica e Socioeconômica, n.23).

L'APICCIRELLA, N. O papel da educação na legitimação da violência simbólica. **Revista Eletrônica de Ciências**, n.20, Julho, 2003. Disponível em: <http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_20/violenciasimbolo.html>. Acesso em: 31 maio 2011.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M; MEYER, D. E; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.7-18.

MENDES, E. V. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: MENDES, E. V. (Org.) **Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994. p. 19-91.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREIRA, J. L. (Org.). **Sexualidade na adolescência no novo milênio**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-reitoria de Extensão, 2007.

POUGY, L. Saúde e violência de gênero. In: ALMEIDA, S. S. (Org.). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 71-88.

POUGY, L. **Notas sobre a atualidade do patriarcado**. Rio de Janeiro: GECEM, 1999. p.1-5. Texto didático.

RAEL, C. C. Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. In: LOURO, G. L; FELIPE, J. GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 160-171.

SABAT, R. Gênero e sexualidade para o consumo. In: LOURO, G. L; FELIPE, J. GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 149-159.

SANTOS, P. S. M. B. dos. **Pierre Bourdieu e o conceito de violência simbólica**. Dezembro 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/authors/pablo-silva-machado-bispo-dos-santos>> . Acesso em: 31 maio 2011. Texto didático do professor doutor em educação da Universidade Federal Fluminense.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, p. 5-19, 1990.

TRIGO, M. H. B. Interação e comunicação no processo de pesquisa. In: LANG, A.B.S.G. **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**: textos 3 - 2ª série. São Paulo: CERU, 1992.

VELHO, G. Observando o familiar. In: VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Hemerografia

<http://www.riocomovamos.org.br/> Última visita em 16/05/2011.

Anexo I

Cronograma

Etapas da Pesquisa	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão Bibliográfica	X	X										
Elaboração do Questionário		X										
Aplicação do Questionário			X									
Sistematização dos Questionários				X								
Análise da Sistematização					X							
Criação e testagem da metodologia de intervenção						X	X					
Avaliação								X				
Elaboração da Dissertação									X			
Primeira Redação para Correção										X	X	
Entrega Final												X